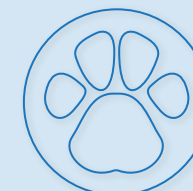


Novembro de 2021

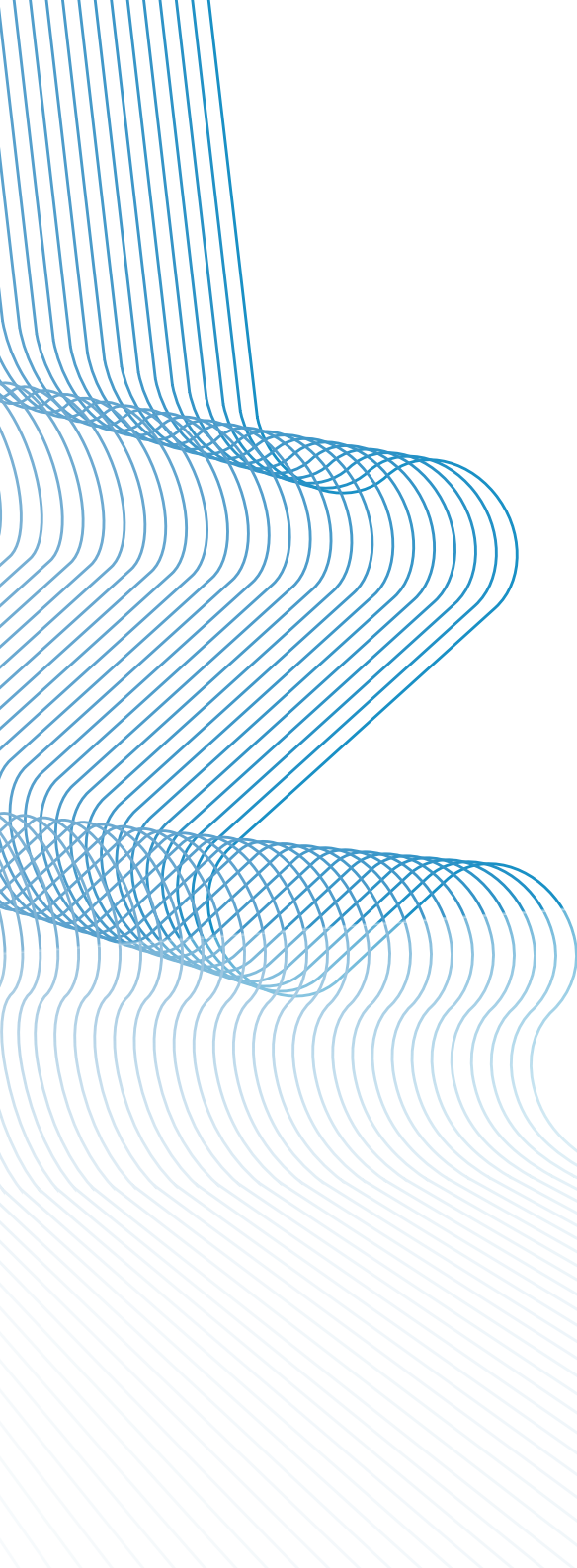
Public Health Institutes of the World

**IANPHI**



ROTEIRO DA IANPHI PARA AÇÕES EM SAÚDE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

# ENGAJAMENTO E APOIO DE INSTITUTOS NACIONAIS DE SAÚDE PÚBLICA COMO ATORES CLIMÁTICOS ESSENCIAIS



A Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública (IANPHI, na sigla em inglês) é uma rede de 110 institutos nacionais de saúde pública (INSPs) em 95 países, que coletivamente desenvolvem capacidades e competências em saúde pública por meio de iniciativas que buscam conectar, desenvolver e fortalecer os INSPs em todo o mundo.

Motivada pela urgente necessidade de agir, com base nas evidências e para benefício da saúde pública no que se refere à degradação dos sistemas naturais, **a IANPHI apoia o desenvolvimento da capacidade dos INSPs de se tornarem importantes defensores e agentes globais das iniciativas de mitigação e adaptação climática.**

# A IANPHI RECONHECE QUE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS SÃO UMA GRANDE AMEAÇA À SAÚDE E AO BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO MUNDIAL

A Organização Mundial da Saúde reconhece o Acordo de Paris de 2015 como o acordo de saúde pública mais importante do século 21.<sup>1</sup> **Mudanças climáticas, perda de biodiversidade e outras degradações dos sistemas que sustentam a vida na Terra são fortes ameaças à saúde e ao bem-estar físico e mental das populações ao redor do mundo.**<sup>2,3</sup> Essas ameaças amplificam os riscos à saúde e geram injustiças, desencadeando crises sanitárias e sociais.<sup>4</sup> Elas influenciam a maioria dos determinantes ambientais e sociais da saúde.<sup>5</sup> Os atuais sistemas de monitoramento e vigilância já são capazes de medir alguns desses impactos<sup>6</sup> e documentar a aceleração de tendências – por exemplo, de eventos climáticos extremos, doenças infecciosas e desnutrição, entre outras. Esses impactos também podem ser acelerados por outras ameaças de saúde pública importantes, como a resistência antimicrobiana.<sup>7</sup>

**Os impactos adversos à saúde causados pelas mudanças climáticas pioram as atuais injustiças e desigualdades sanitárias, demográficas e socioeconômicas.**<sup>8</sup> Os

A mudança climática é uma grande ameaça à saúde pública. A IANPHI reconhece que medidas climáticas constituem uma intervenção crítica de saúde pública global. A IANPHI também reconhece que intervenções de saúde pública sobre os determinantes ambientais e socioeconômicos da saúde são motores essenciais para a adaptação e mitigação climática. A recuperação da pandemia de COVID-19 oferece uma oportunidade única de retomar a normalidade e fortalecer as ações sobre mudanças climáticas, biodiversidade e saúde, a fim de reduzir as injustiças sociais e sanitárias no longo prazo.

que mais contribuem para as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade são os que têm menos probabilidade de sofrer impactos adversos e mais recursos para se adaptar. Uma parcela injusta e desproporcional desses impactos já pesa sobre os habitantes dos países de média e baixa renda, sobre os mais pobres e vulneráveis em países de alta renda<sup>8</sup> e sobre as comunidades indígenas,<sup>9</sup> todos os quais possuem reduzida capacidade de adaptação.

**Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2 °C – preferencialmente até 1,5 °C<sup>10</sup> – e proteger a biodiversidade são medidas essenciais para a saúde e o bem-estar das gerações atuais e futuras.** Um aumento acima de 1,5 °C pode causar inúmeras mortes, doenças e lesões evitáveis. Ações lentas ou insuficientes de adaptação às mudanças climáticas, mitigação dos gases de efeito estufa e proteção da biodiversidade podem acarretar crises de saúde pública mais frequentes e graves e reverter alguns dos avanços em saúde pública duramente conquistados nas últimas décadas.<sup>6</sup>

**Políticas de adaptação eficientes e equitativas, aliadas a intervenções baseadas em evidências para mitigar as mudanças**

**climáticas e proteger a biodiversidade, garantiriam benefícios de longo alcance para a saúde pública em todo o mundo e reduziriam as injustiças.**<sup>11</sup> Ações como transformar sistemas e dietas alimentares insustentáveis e não saudáveis;<sup>12</sup> reduzir fontes de poluição do ar; garantir acesso a água limpa, saneamento e higiene; desenvolver sistemas saudáveis de transporte e mobilidade; e proteger os ecossistemas naturais e os serviços que eles fornecem são medidas que salvariam milhões de vidas anualmente, com benefícios sociais, sanitários e econômicos que superariam em muito os custos de mitigação.<sup>11</sup>

**A recuperação da pandemia de COVID-19 oferece uma oportunidade inigualável de envolver todos os setores nessas ações para criar sociedades mais seguras, equitativas, saudáveis e resistentes ao clima<sup>6</sup> que “não deixam ninguém para trás.”**<sup>13</sup> Para atingir esses objetivos, as políticas climáticas precisam incluir o direito à saúde e ser compatíveis com as Metas de Desenvolvimento Sustentável, especialmente para acabar com a fome (Meta 2), garantir boa saúde e bem-estar (Meta 3), acesso a água limpa e saneamento (Meta 6), produção e consumo responsáveis (Meta 12) e tomar medidas climáticas urgentes (Meta 13).



# A IANPHI BUSCA FORTALECER OS INSTITUTOS NACIONAIS DE SAÚDE PÚBLICA AO REDOR DO MUNDO COMO ATORES CLIMÁTICOS ESSENCIAIS

**Os institutos nacionais de saúde pública são a pedra angular das ações de saúde pública na maioria dos países.** Eles detectam e monitoram ameaças à saúde e identificam os principais determinantes da saúde individual, socioeconômica e ambiental. Os INSPs projetam, implementam e monitoram intervenções de saúde pública, bem como avaliam políticas públicas e seus impactos, benefícios e custos para a saúde.<sup>14</sup> Eles estão na linha de frente da resposta às emergências médicas – desde surtos de doenças infecciosas emergentes ou reemergentes até eventos climáticos extremos – e também oferecem evidências para desenvolver políticas de longo prazo baseadas na ciência para proteger, promover e melhorar a saúde das populações a que servem.

Em seus papéis como protetores da saúde pública, os INSPs ocupam uma posição humanitária, científica e institucional inigualável para contribuir com pesquisas, políticas e medidas mais eficientes de adaptação e mitigação climática. A rápida expansão dos riscos à saúde aumentam a necessidade de reatividade, flexibilidade e adaptabilidade dos INSPs. Consolidar os INSPs como importantes atores climáticos, por meio de recursos humanos, infraestrutura e financiamento adequados, fará surgir programas climáticos e sanitários impactantes a nível local e nacional e ajudará a construir sociedades mais saudáveis e sustentáveis, que não deixam ninguém para trás.

**Os INSPs fornecem orientações confiáveis baseadas em evidências sobre proteção, prevenção e melhoria da saúde** para tomadores de decisão e o público em geral. Os INSPs interagem com agentes de múltiplos setores, em nível local e nacional, com ou sem vínculo institucional. A complexidade dos elos que interligam mudança climática, biodiversidade, equidade e saúde aumenta a demanda por interdisciplinaridade científica e cooperação internacional, para que possamos reagir de maneira sustentável e em tempo hábil. Os INSPs podem promover a conscientização de agentes relevantes sobre essas interligações, promover os conceitos de “Uma só Saúde” e “Saúde Planetária”<sup>15</sup> e identificar e promover estilos de vida saudáveis, como dietas que sejam ao mesmo tempo boas para a saúde e ambientalmente sustentáveis. Os INSPs podem contribuir para o desenvolvimento de soluções inovadoras que atendam a múltiplos setores, a fim de proteger e aprimorar simultaneamente a saúde e o meio ambiente.

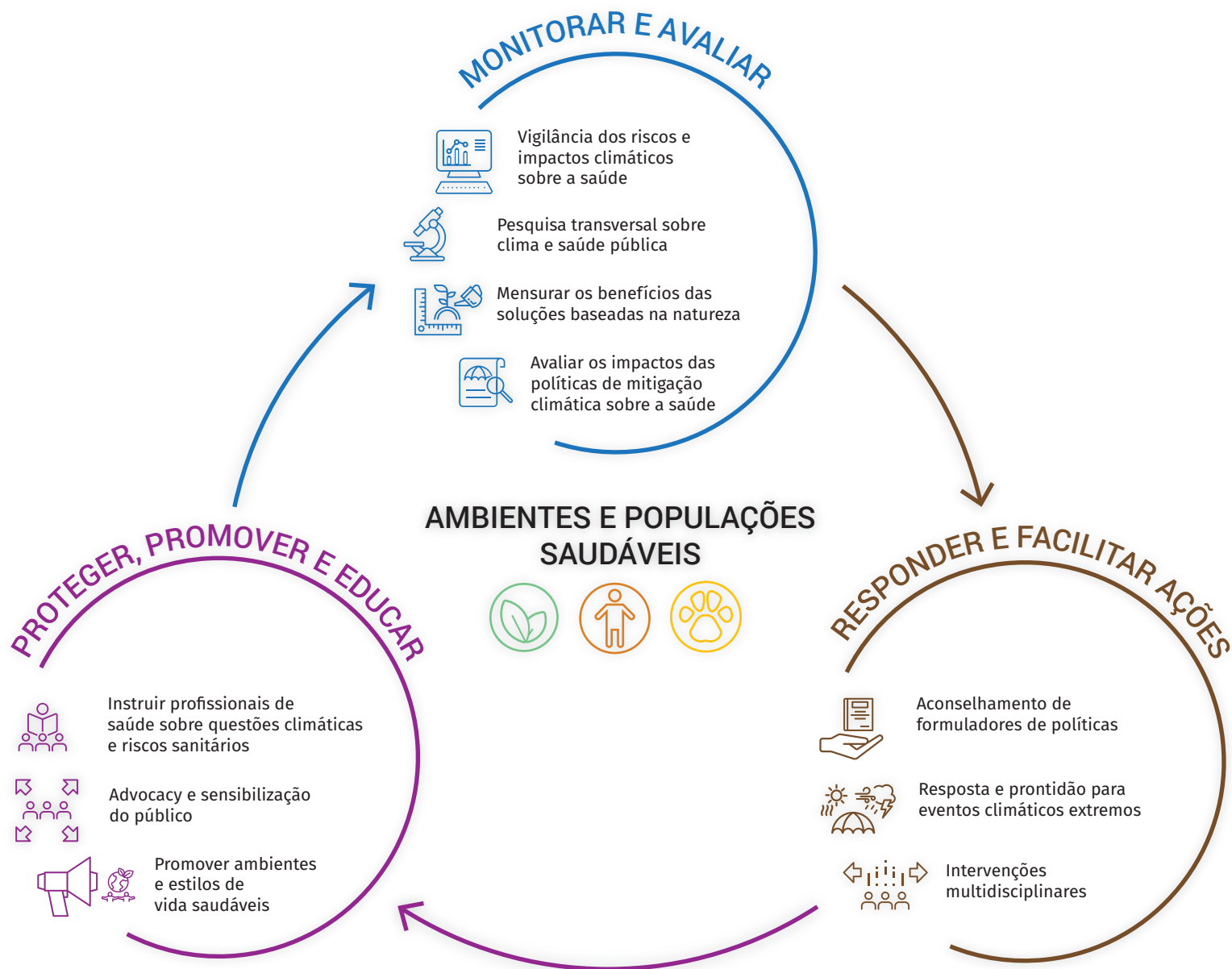
Uma [pesquisa](#)<sup>16</sup> conduzida pela IANPHI em 2021 demonstrou que, em todo o mundo, **INSPs já estão mapeando, monitorando e abordando os impactos da mudança climática sobre a saúde física e mental** (p.ex. programas sobre eventos climáticos extremos, doenças de transmissão hídrica e vetorial, capacitação para avaliações de mudanças climáticas e riscos à saúde nos níveis local e regional etc.). Os INSPs também fornecem evidências em apoio à implementação de políticas sociais e ambientais eficazes e ambiciosas (p. ex., programas sobre poluição do ar, planejamento urbano, transporte, segurança alimentar etc.), ao mesmo tempo em que fortalecem a capacidade de sistemas de saúde e da força de trabalho.

A pesquisa também revelou que poucos INSPs se identificam como atores climáticos essenciais; e que o envolvimento deles nas políticas de adaptação e mitigação climática a nível local e regional em seus países é bastante limitado. Apenas alguns INSPs relataram um nível adequado de recursos dedicados ao desenvolvimento de programas robustos nas áreas de saúde e clima.





**COMO MANEIRA  
OS INSPS  
CONTRIBUEM  
PARA A  
ADAPTAÇÃO  
E MITIGAÇÃO  
CLIMÁTICA**



# A IANPHI SE COMPROMETE COM AÇÕES PARA APRIMORAR AS INTERVENÇÕES NAS ÁREAS DE MUDANÇA CLIMÁTICA E SAÚDE PÚBLICA

Para ajudar os INSPs a se desenvolverem como atores climáticos essenciais, a IANPHI se compromete com as seguintes iniciativas, respondendo a cinco prioridades:

## 1. Defender o fortalecimento da capacidade dos INSPs de contribuir efetivamente com pesquisas, políticas e ações envolvendo clima e biodiversidade

A defesa da IANPHI se concentrará na apresentação de dados e questões de uma forma que os torne atraentes e relevantes para públicos leigos em saúde pública.

## 2. Aumentar a capacidade, competência e treinamento por meio de suporte entre pares e compartilhamento de conhecimentos entre INSPs

A IANPHI reunirá estudos de caso e conduzirá seminários científicos sobre temas estratégicos envolvendo mudança climática, biodiversidade e saúde pública, tais como:

- colocação em prática dos conceitos de “Uma só Saúde” e “Saúde Planetária”
- exemplos de oportunidades de colaboração transversal entre os INSPs e os principais atores climáticos
- análise integrada dos impactos à saúde causados por atividades ou setores específicos (p. ex., indústria, agroflorestal...) associadas ao desmatamento.

A IANPHI também apoiará o desenvolvimento de ações conjuntas entre INSPs baseadas na experiência de seus membros, especialmente:

- identificar indicadores comuns dos impactos à saúde causados pela mudança climática
- apoiar abordagens inovadoras voltadas para a avaliação de vulnerabilidade e adaptações envolvendo saúde e sistemas de saúde

A IANPHI promoverá e apoiará o desenvolvimento de programas de pesquisa conduzidos por INSPs sobre as conexões entre mudança climática, biodiversidade e saúde pública; e fomentará a capacidade dos INSPs de avaliarem resultados de pesquisa entre os tomadores de decisão.

## 3. Aumentar a colaboração com organizações nacionais e internacionais ativas nas áreas de saúde pública e mudanças climáticas

A IANPHI fomentará as atuais parcerias e desenvolverá outras (Organização Mundial da Saúde, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Organização Meteorológica Mundial, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Observatório Europeu para o Clima e a Saúde, *Global Heat Health Information Network* etc.) para ações coletivas nos níveis local, regional e nacional.

## 4. Apoiar serviços de saúde pública mais ecológicos

A IANPHI incentivará os INSPs a avaliarem regularmente a pegada de carbono de suas organizações e tomarem medidas para reduzi-la, especialmente em países de alta renda. A IANPHI também incentivará que os INSPs apoiem e defendam serviços de saúde sustentáveis, justos e com baixas emissões de carbono.

## 5. Monitorar o progresso do envolvimento de INSPs em políticas de mudança climática por meio de indicadores-chave

A IANPHI identificará quantos INSPs:

- tornam a mudança climática uma prioridade institucional
- realizaram uma avaliação da pegada de carbono e tomaram medidas para reduzi-la
- estão envolvidos em planos nacionais e regionais de adaptação e mitigação (contribuições determinadas nacionalmente, comunicação de adaptações, planos nacionais de adaptação na área de saúde etc.)
- abrigam centros dedicados a pesquisas e ações nas áreas de mudança climática, biodiversidade e saúde.



# REFERENCIAS

- 1 UN Climate Change News. [The Paris Agreement is a Health Agreement](#) - WHO. *unfccc.int*. [Online] 03 May 2018.
- 2 Raworth, Kate. [A Doughnut for the Anthropocene: humanity's compass in the 21st century](#). *The Lancet Planetary Health*. May 2017, Vol. 1, 2.
- 3 Pörtner, H.O., et al. [IPBES-IPCC co-sponsored workshop report on biodiversity and climate change](#). IPBES and IPCC. 2021.
- 4 Raworth, Kate. [A safe and just space for humanity: Can we live within the Doughnut?](#) 2012. Oxfam Discussion Paper.
- 5 UNFCCC. Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice (SBSTA). [Human health and adaptation: understanding climate impacts on health and opportunities for action, Synthesis paper by the secretariat](#). *Forty-six session, Bonn Climate Change Conference, 8-18 May 2017, Item 3 of the provisional agenda, Nairobi work programme on impacts, vulnerability and adaptation to climate change*. 3 March 2017. FCCC/SBSTA/2017/2.
- 6 Watts, Nick MA, et al. [The 2020 report of the Lancet Countdown on health and climate change: responding to converging crises](#). 02 December 2020.
- 7 Rodriguez-Verdugo, Alejandra, et al. [Compounding Effects of Climate Warming and Antibiotic Resistance](#). *iScience*. 2020, Vols. 23, 4.
- 8 Ebi, Kristie L. and Hess, Jeremy J. [Health Risks Due To Climate Change: Inequity In Causes and Consequences](#). *Health Affairs*. December 2020, Vol. 39, 12, pp. 2056-2062.
- 9 Ford, James D., et al. [Preparing for the health impacts of climate change in Indigenous communities: The role of community-based adaptation](#). *Global Environmental Change*. March 2018, Vol. 9, pp. 129-139.
- 10 United Nations. [Paris Agreement](#), Article 2, 1. (a). 2015.
- 11 Gao, J., et al. [Public health co-benefits of greenhouse gas emissions reduction: A systematic review](#). *Sci Total Environ*. 15 June 2018, Vol. 627, pp. 388-402.
- 12 Willett, Walter, et al. [Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems](#). *The Lancet*. 2019, Vol. 393, 10170, pp. 447-492.
- 13 UN System Chief Executives Board for Coordination. [Leaving no one behind: equality and non-discrimination at the heart of sustainable development: a shared United Nations Systems framework for action](#). 2017.
- 14 International Association of National Public Health Institutes (IANPHI). [Framework for the Creation and Development of National Public Health Institutes. A Series of Technical and Policy Briefs](#). 2007. 1.
- 15 Whitmee, Sarah Dr, PhD, et al. [Safeguarding human health in the Anthropocene epoch: report of The Rockefeller Foundation-Lancet Commission on Planetary Health](#). 15 July 2015.
- 16 Pascal, Mathilde, et al. [IANPHI Survey: The role of national public health institutes in climate change adaptation and mitigation - Results](#). June 2021.





# AGRADECIMENTOS

A IANPHI deseja expressar um agradecimento especial aos membros da equipe que redigiu o artigo de posicionamento: Mathilde Pascal e Arnaud Mathieu (Agência de Saúde Pública da França); Revati Phalkey e Emma Gillingham (Agência de Saúde Pública da Inglaterra); Jaana Halonen (Instituto Finlandês de Saúde e Bem-Estar); Horacio Riojas e Magali Hurtado (Instituto Nacional de Saúde Pública do México); Amandine Zoonekyndt e Louise Rigal (IANPHI).

A IANPHI agradece aos membros do seu grupo de trabalho sobre saúde pública e mudanças climáticas pelas preciosas contribuições que fizeram ao documento e pelo envolvimento em prol do desenvolvimento dos INSPs para avaliar e reduzir o impacto das mudanças climáticas sobre a saúde pública: colegas da Agência de Saúde Pública do Canadá; Qiyong Liu (Centro de Controle e Prevenção de Doenças da China); Raquel Duarte-Davidson, Giovanni Leonardi e Emer OConnell (Agência de Saúde Pública da Inglaterra); Guillaume Boulanger e Sébastien Denys (Agência de Saúde Pública da França); Christina Plantz (Centro Federal de Educação em Saúde, Alemanha); Angela Fehr, Luzie Verbeek e Thomas Ziese (Instituto Robert Koch, Alemanha); Laura Mancini e Stefania Marcheggiani (Instituto Superior de Saúde, Itália); Limbani Kalumbi (Universidade do Malawi); Suvd Batbaatar (Centro Nacional de Saúde Pública, Mongólia); Tatiana Marrufo (Instituto Nacional de Saúde de Moçambique); Lisbeth Hall, Guus Velders e Joyce Zwartkruis (Instituto Nacional de Saúde Pública e Meio Ambiente, Países Baixos); Chinwe Ochu (Centro de Controle de Doenças da Nigéria) e Ågot Aakra (Instituto Norueguês de Saúde Pública).





Public Health Institutes of the World



[www.ianphi.org](http://www.ianphi.org)

